

Plano Diretor Municipal Castanheira de Pera

Junho 2015 | Câmara Municipal de Castanheira de Pera



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DECLARAÇÃO AMBIENTAL

Lugar do Plano, Gestão do Território e Cultura
Av. Araújo e Silva, 52 | 3810-048 Aveiro | tel. / fax. 234426985
www.lugardoplano.pt | lugardoplano@lugardoplano.pt



Data de aprovação

Castanheira de Pera, 29 de junho de 2015

O Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera



ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	4
1. A FORMA COMO AS CONSIDERAÇÕES AMBIENTAIS E O RELATÓRIO AMBIENTAL FORAM INTEGRADOS NO PLANO.....	5
2. CONSULTA PÚBLICA.....	9
2.1. Observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º.....	9
2.2. Os resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8.º (Estados Membros da União Europeia).....	12
3. AS RAZÕES QUE FUNDARAM A APROVAÇÃO DO PLANO À LUZ DE OUTRAS ALTERNATIVAS RAZOÁVEIS ABORDADAS DURANTE A SUA ELABORAÇÃO	13
4. AS MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS.....	13

NOTA INTRODUTÓRIA

A revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Castanheira de Pera foi aprovada em Assembleia Municipal de 29 de junho de 2015.

A presente Declaração Ambiental (DA) foi desenvolvida com base no estipulado no Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio) onde constam os elementos que devem ser incluídos na Declaração Ambiental, designadamente:

- A forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no plano;
- As observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificado o não acolhimento dessas observações;
- Os resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8.º (Estados Membros da União Europeia);
- As razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo previstas (em conformidade com o disposto no artigo 11.º).

I. A FORMA COMO AS CONSIDERAÇÕES AMBIENTAIS E O RELATÓRIO AMBIENTAL FORAM INTEGRADOS NO PLANO

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) implicou um primeiro momento de definição do âmbito, que permitiu configurar os temas fundamentais em avaliação que integraram os Fatores Críticos de Decisão (FCD). Nesta fase da AAE, tomando como elementos de base os **Fatores Ambientais (FA)** que se expressam nas características intrínsecas do território em questão, realizou-se uma análise focada na interação das **Opções Estratégicas (QE)** da proposta de revisão do PDM de Castanheira de Pera com os objetivos do **Quadro de Referência Estratégico (QRE)** preconizado para a proposta de revisão do PDM. Com esta análise foi determinado o grau de convergência dos objetivos estratégicos do PDM com os objetivos de ambiente e sustentabilidade preconizados nos diversos instrumentos de política ambiental que integram o QRE. Identificaram-se as questões de sustentabilidade ambiental que se prefiguraram determinantes para o objeto em análise, a proposta de revisão do PDM de Castanheira de Pera, tendo as mesmas sido integradas nos **Fatores Críticos de Decisão**, por forma a contribuir para o processo de tomada de decisão e promover o alcance do(s) objetivo(s) de sustentabilidade ambiental pretendidos na execução da revisão do PDM de Castanheira de Pera.

Desta forma, foram definidos como FCD a analisar no âmbito da AAE, que reuniram os aspetos de ambiente e sustentabilidade relevantes que serviram de base para a tomada de decisão:

- **Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade;**
- **Biodiversidade e Conservação da Natureza;**
- **Qualidade Ambiental;**
- **Património Cultural e Desenvolvimento Turístico;**
- **Riscos Ambientais.**

Atendendo ao Relatório de Fatores Críticos desenvolvido e aos pareceres emitidos pelas entidades consultadas com responsabilidades ambientais específicas, foi elaborado o Relatório Ambiental e o Resumo Não Técnico.

A metodologia de AAE adotada, no âmbito da elaboração do Relatório Ambiental, para a caracterização de cada um dos FCD definidos, envolveu a integração dos seguintes elementos:

- Caracterização da situação existente e análise das principais tendências na ausência da execução do Plano;
- Análise dos efeitos esperados pela execução do Plano;

- Avaliação estratégica de oportunidades e ameaças;
- Proposta de um programa de seguimento, com diretrizes para planeamento, monitorização e gestão;
- Estabelecimento de um quadro de governança para a ação;
- Orientações para o estabelecimento de um plano de controlo para acompanhamento do processo.

Da análise de cada um dos Fatores Críticos de Decisão resultou ainda a indicação da necessidade de integração de algumas questões ambientais consideradas importantes, nos objetivos estratégicos do próprio plano.

Assim, as opções estratégicas e respetivos objetivos estratégicos inerentes à revisão do PDM de Castanheira de Pera, que se encontram expressos nos elementos que acompanham a proposta de revisão do PDM, integram domínios de carácter ambiental, social e de ordenamento do território considerados relevantes e convergentes com uma política de sustentabilidade inspirada nos referenciais estratégicos definidos no âmbito da AAE (Quadro 1).

Quadro 1 – Opções Estratégicas e Objetivos Estratégicos da revisão do PDM de Castanheira de Pera

Opções Estratégicas	Objetivos Estratégicos
<p>Organização Espacial e Requalificação Urbana</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Definir orientações adequadas às especificidades dos modelos e padrões de povoamento e às características das estruturas urbanas existentes, valorizando o sistema urbano multipolar e os ganhos de escala associados a uma complementaridade de funções. • Promover a sustentabilidade do território com base nos recursos territoriais, ambientais e sinergias existentes. • Reforçar a função urbana de Castanheira de Pera. • Promover um adequado planeamento e ordenamento do concelho de Castanheira de Pera. • Promover uma política de requalificação, com a participação da população.
<p>Desenvolvimento Sócio - Económico e Competitividade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dar expressão territorial à estratégia de desenvolvimento local, incentivando modelos de atuação baseados na concertação entre a iniciativa pública e privada, na concretização dos instrumentos de gestão territorial. • Promover um desenvolvimento sustentado de Espaços Industriais / Armazenagem, Serviços e Logística, de vertente intermunicipal. • Promover a rentabilização e ordenamento florestal. • Criar bases para o desenvolvimento do turismo e lazer associado à floresta e aos recursos hídricos (praias fluviais). • Desenvolvimento e aproveitamento do turismo em espaço natural. • Criar novas áreas de aptidão turística em articulação com o património natural e cultural. • Potenciar e fomentar os atores de desenvolvimento. • Maximizar os fatores geográficos e as infra-estruturas existentes. • Promover o desenvolvimento social do concelho.
<p>Conservação e consolidação da Rede de Equipamentos e Infra-Estruturas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a equidade territorial através da manutenção, beneficiação e qualificação do sistema da rede rodoviária. • Assegurar níveis adequados de serviço de infra-estruturas (sistemas de abastecimento de águas e sistemas de tratamento de águas residuais, entre outros), essencial para a qualidade de vida das populações. • Promover a conservação e consolidação do sistema municipal de equipamentos públicos.
<p>Preservação e valorização natural e cultural</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover condições de utilização sustentável do solo, do ar e dos recursos hídricos, tendo em consideração os efeitos decorrentes das alterações climáticas. • Promover novas oportunidades de investimento e desenvolvimento em torno da qualidade do património construído, cultural e natural. • Proteger, conservar e valorizar a paisagem e os recursos naturais. • Salvaguardar os valores naturais associados ao Sítio da Rede Natura -- Serra da Lousã. • Prevenir e minimizar riscos ambientais. • Estabelecer percursos articulados de paisagem. • Preservar e o Património Histórico (nomeadamente o centro histórico). • Preservar, valorizar e divulgar o Património Cultural, nomeadamente o património histórico (centro histórico) e o património arqueológico. • Estruturar uma perspetiva de proteção para o solo rural, conduzindo a um modelo de intervenção de valoração e rentabilização das atividades agroflorestais e seus aglomerados rurais, aproveitando novas oportunidades nos domínios das energias renováveis, empreendimentos turísticos e condicionando o povoamento disperso.

Salienta-se que, para além de se verificar o atendimento das questões de sustentabilidade ambiental nos objetivos estratégicos expostos no plano, as matérias ambientalmente significativas encontram-se transpostas para os elementos do plano com carácter vinculativo, designadamente no seu regulamento.

Neste sentido, constata-se que existe no regulamento um artigo específico (Artigo 9.º) para a Estrutura Ecológica Municipal (EEM). A EEM, conforme descrito no regulamento, *“destina-se à criação de uma rede de espaços de elevado valor biológico e biofísico, de forma a garantir a sua valorização ambiental, proteção e articulação com a ocupação humana do mesmo e incide sobre (...) áreas e conjuntos de áreas de solo rural e urbano”*. Relativamente ao regime de ocupação das áreas integradas na Estrutura Ecológica Municipal, este *“observa o previsto para a respetiva categoria ou subcategoria de espaço, articulado com o regime estabelecido no presente artigo, sem prejuízo dos regimes legais específicos aplicáveis às referidas áreas”*.

Importa evidenciar ainda o artigo 11.º do regulamento, relativo às “Zonas Inundáveis”, onde se menciona que estas *“correspondem às áreas contíguas à margem dos cursos de água que se estendem até à linha alcançada pela maior cheia conhecida, com probabilidade de ocorrência num período de retorno de um século”*. No Artigo 12.º, o regulamento refere ainda que *“as zonas inundáveis asseguram a função de proteção da linha de água e da galeria ripícola, destinando-se predominantemente à criação de zonas verdes, que apresentem um nível elevado de permeabilidade do solo e cuja modelação de terreno favoreça a infiltração das águas, sem prejuízo do regime jurídico das áreas integradas na REN”*.

Por outro lado, o regulamento identifica as “Áreas inseridas em Rede Natura 2000” e os respetivos usos e condicionantes à ocupação, sendo que, de modo a manter e ou promover o estado de conservação favorável dos valores naturais de interesse comunitário, o regulamento interdita determinadas ações, atividades e usos do solo nas áreas integradas na Rede Natura 2000.

O regulamento apresenta ainda um artigo relativo a “Exigência de infraestruturação”, referindo que *“sempre que não existam, no todo ou em parte, redes públicas de infraestruturas, as operações urbanísticas apenas podem ser viabilizadas se apresentarem soluções individuais adequadas para as infraestruturas em falta, com características técnicas que sirvam o fim em vista, que garantam a salvaguarda do ambiente, a estabilidade ecológica e a utilização sustentável dos recursos naturais, bem como, a salvaguarda de eventual poluição dos aquíferos mais vulneráveis, designadamente através da proibição da descarga de efluentes no solo”*. Por outro lado, considera que *“quando não houver possibilidade de ligação imediata às redes públicas, as soluções individuais referidas (...) implantar-se-ão sempre que possível de modo a viabilizar a sua futura ligação àquelas redes”*.

De salientar, ainda, que a integração de questões de sustentabilidade ambiental no Plano foram asseguradas através da definição de um Plano de Controlo que força a aplicação de medidas de sustentabilidade na fase de execução do plano. Neste contexto, acresce a importância da fase de seguimento, que promove o acompanhamento da implementação da proposta de revisão do

PDM, através da monitorização da evolução dos principais indicadores de sustentabilidade, sua análise face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, e ainda a possibilidade de se efetuar uma revisão periódica ao plano de controlo proposto (Quadro 3 e Quadro 4).

Avaliada a eficácia do plano de controlo, a sua revisão permitirá aferir, reforçar ou corrigir, aspetos contemplados nas medidas de controlo que terão influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e com a qualidade ambiental do concelho.

2. CONSULTA PÚBLICA

2.1. OBSERVAÇÕES APRESENTADAS DURANTE A CONSULTA REALIZADA NOS TERMOS DO ARTIGO 7.º

De acordo com o n.º 1, do Artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio) a Avaliação Ambiental Estratégica requer que, antes da aprovação do plano e do respetivo relatório ambiental, a entidade responsável pela sua elaboração (Câmara Municipal de Castanheira de Pera) promova a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação.

No quadro seguinte apresenta-se o sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres emitidos pelas Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAÉ) consultadas, relativamente ao Relatório Ambiental entregue. Todas as sugestões mereceram especial atenção, tendo sido na sua maioria consideradas na revisão do relatório ambiental final. As questões que não sofreram alteração, de acordo com as sugestões das ERAÉ, foram alvo de justificação.

Quadro 2 - Sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres apresentados pelas entidades consultadas

Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE	Considerações
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)	
<p>A entidade refere que o RA não definiu alternativas e considera que a comparação das diversas soluções que foram desenvolvidas ao longo do processo de revisão do PDM e que culminaram na proposta final, teriam conduzido a uma solução mais clara e sustentada.</p>	<p>A proposta de revisão do PDM de Castanheira de Pera corresponde ao culminar de um longo processo de planeamento, coadjuvado por elementos de diagnóstico setoriais, que traduz as opções estratégicas que melhor se adequam ao território concelhio e ao modelo de desenvolvimento pretendido, não tendo sido equacionadas alternativas à proposta em avaliação. Neste contexto, a alternativa considerada no âmbito da AAE corresponde a uma alternativa zero, ou seja, a não revisão do PDM.</p> <p>Importa referir que este aspeto foi trabalhado ao longo do Relatório Ambiental, aquando da Análise de Tendências (efetuada para cada um dos FCD), onde foi tomada em consideração a evolução provável do estado do ambiente considerando a não revisão do PDM de Castanheira de Pera.</p> <p>Salienta-se, igualmente, que no decurso da AAE desta proposta de Plano, foram aproveitadas as janelas de oportunidades que o processo de Avaliação Ambiental proporciona, tendo sido incorporados / ajustados objetivos estratégicos do Plano, de forma a tornar a proposta de revisão do PDM de Castanheira de Pera mais sustentável do ponto de vista ambiental.</p>
<p>Sendo Castanheira de Pera um concelho com atividade industrial específica, com grande notoriedade e num passado não muito longínquo, considera a entidade que poderia ser feita uma abordagem à “arqueologia industrial” na vertente turística e económica. A entidade refere ainda que não nos podemos alhear do contexto sub-regional em que se insere este concelho e daqui potenciar um turismo integrado, recorrendo designadamente às redes de Aldeias de Xisto e Praias Fluviais.</p>	<p>A proposta da entidade foi tida em consideração, tendo sido analisada a situação atual da “Arqueologia industrial” no concelho de Castanheira de Pera, no âmbito do FCD “Património Cultural e Desenvolvimento Turístico”.</p> <p>De forma a dar resposta à pretensão da entidade, foram ainda identificadas como oportunidades resultantes da execução da proposta de revisão do PDM, a “Implementação de rotas temáticas relacionadas com a arqueologia industrial”, a “Implementação de rotas e percursos pelas áreas naturais, nomeadamente pelas aldeias rurais e pela Serra da Lousã” e a “Dinamização das praias fluviais existentes”.</p>
<p>A entidade considera que, sendo a questão demográfica a principal preocupação que move os agentes mais relevantes deste concelho e estando ela na génese da débil evolução económica local, esta deveria ser equacionada de uma forma mais abrangente, com cariz intermunicipal.</p>	<p>A proposta da entidade foi tida em consideração, tendo sido analisada, no FCD “Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade”, a questão demográfica a nível intermunicipal, nomeadamente ao nível da população residente e da estrutura etária da população residente nos concelhos vizinhos de Pedrogão Grande e Figueiró dos Vinhos.</p>
<p>A entidade identificou um conjunto de aspetos formais de detalhe correspondentes a pequenos lapsos.</p>	<p>Os lapsos de redação identificados pela entidade foram todos corrigidos no Relatório Ambiental.</p>
Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC)	
<p>Na análise SWOT, na avaliação das <i>fraquezas</i>, a entidade propõe ausência de levantamento de vestígios arqueológicos (propondo que se considere a inexistência de Carta Arqueológica).</p>	<p>A sugestão da entidade foi tida em consideração no Relatório Ambiental.</p>

Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE	Considerações
Na análise SWOT, nas <i>oportunidades</i> , a entidade sugere que se façam rotas temáticas relacionadas com o património de arqueologia industrial, incluindo o Laínte da Casconha, e também com os neveiros: conservação e transporte de gelo para a casa real.	A sugestão da entidade foi tida em consideração no Relatório Ambiental.
Na análise SWOT, nas <i>ameaças</i> , a entidade considera a possibilidade de destruição de vestígios arqueológicos não inventariados (muitíssimo mais vulneráveis à destruição), por não haver a Carta Arqueológica.	A sugestão da entidade foi tida em consideração no Relatório Ambiental.
No Quadro de Governança, a entidade considera que as entidades que tutelam o património cultural omissas mas que podem ter um papel a desempenhar na “ <i>monitorização e gestão de ações</i> ” previstas para o desenvolvimento e execução, devem passar a constar: a DRCC como entidade que tutela os bens classificados e a DGPC como entidade que tutela o património arqueológico.	A sugestão da entidade foi tida em consideração no Relatório Ambiental.
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	
Relativamente ao Quadro de Governança para a Ação estabelecido no Ponto 6., o ICNF é indicado no quadro 6.1. como entidade com competências específicas na operacionalização, monitorização e gestão das ações previstas na futura implementação da proposta de Plano Diretor Municipal (PDM). A entidade discorda da atribuição destas competências, considerando que não se pode vincular, por não ser possível assegurar o desenvolvimento dos trabalhos de monitorização e gestão naquele quadro apresentados. Neste contexto, considera a entidade que o Quadro 6.1. deve ser reformulado no sentido de não imputar tal responsabilidade/compromisso ao ICNF.	A pretensão da entidade foi tida em consideração no Relatório Ambiental. Neste sentido, procedeu-se à reformulação do texto relativo às ações implicadas ao ICNF no Quadro de Governança estabelecido no ponto 6 do Relatório Ambiental, passando a figurar a seguinte redação: “ <i>Assegurar a execução das ações necessárias à manutenção em estado de conservação favorável dos valores naturais integrados na área classificada PTCON0060 de acordo com o inscrito no diploma legal que define a missão e atribuições do ICNF, I.P (Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho)</i> ”.
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	
A entidade considera que, tendo em conta que é mencionado no relatório que a monitorização e gestão das águas no concelho é efetuada pelas Águas do Centro, e a fonte de informação para a percentagem de “ <i>análises realizadas à água tratada cujos resultados esteja de acordo com a legislação</i> ”, indicador para o critério de avaliação ao “ <i>cumprimento dos padrões de qualidade da água para abastecimento público</i> ”, no domínio da Água; estranha-se que o Quadro de Governança indique apenas a APA, para a “ <i>manutenção atualizada dos resultados da monitorização da qualidade da água</i> ”. Considera-se a necessidade de esclarecimento, uma vez que seria desejável que as referidas entidades integrassem o mencionado Quadro de Governança para a Ação.	A sugestão da entidade foi tida em consideração no Relatório Ambiental. Assim, para o indicador “ <i>Análises realizadas à água tratada cujos resultados estejam de acordo com a legislação</i> ” foi alterada a fonte de informação, no Quadro 5.6.1.2., de “ <i>INE</i> ” para “ <i>Águas do Centro, SA</i> ”. Foi ainda inserida a entidade “ <i>Águas do Centro, SA</i> ” no Quadro de Governança para a Ação, e definida a respetiva responsabilidade de “ <i>Assegurar o programa de monitorização da qualidade da água para consumo humano, procedendo a análises periódicas dos parâmetros indicadores da qualidade da água</i> ”. Por outro lado, importa esclarecer que a responsabilidade da APA, identificada no Quadro de Governança para a Ação, correspondente a “ <i>Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água</i> ”, refere-se à monitorização da qualidade das águas subterrâneas, disponível na base de dados do SNIRH.
Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC)	
O parecer da ARSC é favorável.	

O processo de consulta pública, de acordo com o n.º 6, do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio) prevê ainda que o projeto de plano e o respetivo Relatório Ambiental sejam “*submetidos a consulta pública, por iniciativa da entidade responsável pela sua elaboração, tendo em vista a recolha de observações e sugestões formuladas por associações, organizações ou grupos não governamentais e pelos interessados que possam de algum modo ter interesse ou ser afetados pela sua aprovação ou pela futura aprovação de projetos por aquele enquadrados*”.

De forma a dar cumprimento a este procedimento, a proposta de revisão do PDM de Castanheira de Pera, acompanhado do Relatório Ambiental e respetivo Resumo Não Técnico resultantes do processo de Avaliação Ambiental Estratégica, do parecer final da Comissão de Acompanhamento, as atas das reuniões de concertação e os demais pareceres emitidos, estiveram disponíveis para consulta pública no Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo do Município de Castanheira de Pera, todos os dias úteis, durante o horário normal de atendimento ao público; no Museu Casa do Tempo, em Castanheira de Pera, sito na Rua Dr. José Fernandes de Carvalho, 3280-016 Castanheira de Pera, aos sábados, domingos e feriados, durante o horário normal de atendimento ao público (10:00h -13:00h e 14:00h -18:00h), e ainda no *Sítio* da Câmara Municipal de Castanheira de Pera. A consulta pública decorreu no período compreendido entre 9 de Maio e 11 de Junho de 2015.

De referir que, durante esta fase de discussão pública, não foram registadas quaisquer reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento relativo aos conteúdos retratados no Relatório Ambiental ou no Resumo Não Técnico.

2.2. OS RESULTADOS DAS CONSULTAS REALIZADAS NOS TERMOS DO ARTIGO 8.º (ESTADOS MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA)

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Castanheira de Pera, não foi considerada a necessidade de efetuar consulta a nenhum estado membro da União Europeia devido, não só à localização geográfica do plano em análise, como também pelo facto de não se prever que as opções estratégicas e objetivos estratégicos inerentes à proposta de revisão do plano em análise sejam suscetíveis de produzir efeitos significativos no ambiente de outro Estado Membro da União Europeia.

3. AS RAZÕES QUE FUNDARAM A APROVAÇÃO DO PLANO À LUZ DE OUTRAS ALTERNATIVAS RAZOÁVEIS ABORDADAS DURANTE A SUA ELABORAÇÃO

A revisão do PDM de Castanheira de Pera encontra-se suportada por um vasto conjunto de estudos de suporte dos quais se destacam os Relatórios Setoriais que caracterizam e analisam o território, demonstrando as evoluções das diferentes dinâmicas e perspetivando o desenvolvimento futuro das mesmas. A construção do Modelo Territorial e da Estrutura de Ordenamento teve por base a própria essência do processo de planeamento e que se pode traduzir na procura incessante do equilíbrio entre o modelo de ocupação humana presente no território e o sistema biofísico que lhe serve de suporte. Estas análises foram ainda suportadas pelo envolvimento e participação dos atores locais com o intuito de perceber e conhecer a evolução pretendida para o território.

Pela análise exaustiva, argumentação e justificações apresentadas nos diferentes documentos que suportam a revisão do PDM de Castanheira de Pera, não foram consideradas alternativas à estratégia proposta, com exceção da análise da alternativa zero (correspondente à evolução do território na ausência da implementação da proposta de revisão do plano), considerando-se que a proposta de PDM sob análise responde às melhores opções a serem tomadas para o desenvolvimento do território concelhio.

4. AS MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS

De acordo com o definido na alínea h) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio) no Relatório Ambiental deve constar “*uma descrição das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º*”.

Estas medidas devem ainda constar na presente Declaração Ambiental e ser objeto de verificação por parte da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, na fase de seguimento do Plano, de forma a identificar e corrigir, atempadamente, os efeitos negativos imprevistos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do plano.

Assim, para que a proposta de revisão do PDM de Castanheira de Pera apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, foi definido um **Plano de Controlo** que visa assegurar a garantia de cumprimento das diretrizes de planeamento, de gestão, de monitorização e avaliação, aquando a execução do Plano.

Neste contexto, o Plano de Controlo insere-se na Fase de Seguimento do processo da AAE, uma vez que pretende acompanhar o ciclo de planeamento e programação no período de execução do PDM.

Importa que este Plano de Controlo seja suportado e monitorizado através dos indicadores de avaliação estratégica previamente selecionados, com o objetivo de garantir a eficácia e eficiência na execução do Plano. Para cada um dos indicadores, foram definidas Medidas de Gestão Ambiental a desenvolver durante a execução do Plano, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que preconizou, alcançando deste modo as metas definidas em documentos estratégicos.

O Quadro 3 apresenta os indicadores de sustentabilidade considerados pertinentes para a fase de acompanhamento e seguimento das diferentes fases de implementação da revisão do PDM de Castanheira de Pera e define as medidas de gestão ambiental a desenvolver.

O Quadro 4 focaliza particularmente os indicadores de sustentabilidade definidos e o posicionamento do município de Castanheira de Pera face a metas estabelecidas, quer em documentos estratégicos, quer pela própria autarquia. Apesar de não ter sido possível obter o valor base para alguns dos indicadores identificados, considera-se importante desenvolver estudos que garantam a informação necessária para a fase de monitorização/seguimento.

Importa salientar que os indicadores apresentados no Plano de Controlo se reduzem à área territorial, às competências da Câmara Municipal no território bem como às características mais pertinentes para acompanhamento da evolução do plano.

Quadro 3 – Plano de Controle: indicadores de sustentabilidade e medidas de gestão ambiental.

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Critério	Indicadores	Medidas
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território Promover a criação de centralidades urbanas Incentivar processos de regeneração e requalificação urbana 	Uso do Solo	<p>Solo Rural</p> <p>Solo Urbano</p> <p>Planos Municipais de Ordenamento do Território</p>	<ul style="list-style-type: none"> Garantir e incentivar a afirmação de uma imagem urbana agradável e atrativa onde a qualidade dos espaços públicos, a linguagem arquitetónica e as características tipomorfológicas do edificado, o acesso aos principais equipamentos de utilização coletiva e acesso a todas as infraestruturas, constituam elementos marcantes da qualidade do espaço Assegurar a execução, qualificação e tratamento das áreas verdes e dos espaços públicos Controlar a edificabilidade no Solo Rural e a instalação de funções que possam revelar incompatibilidades com a promoção e valorização do espaço agrícola Promover o correto ordenamento e gestão destas unidades operativas, através da realização de Planos de Urbanização, Planos de Pormenor ou Unidades de Execução
			<p>Unidades Operativas de Planeamento e Gestão</p>	
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar o desenvolvimento sustentável, através da organização espacial do território Promover um correto ordenamento biofísico e paisagístico, tendo em conta as condicionantes existentes 	Ordenamento Biofísico e paisagístico	<p>REN existente / Proposta</p> <p>RAN existente / Proposta</p> <p>Espaço Florestal</p> <p>Espaço Agrícola</p> <p>Estrutura Ecológica Municipal</p> <p>Rede Natura 2000</p>	<ul style="list-style-type: none"> Salvaguardar, Preservar e Valorizar cada um dos Subistemas que integram a REN Salvaguardar os Solos Agrícolas em especial os classificados como integrantes da RAN Desenvolver ações de sensibilização para a proteção da floresta Promover a conservação e valorização da biodiversidade e do património natural, nomeadamente o território integrado na Rede Natura Definir e valorizar a Estrutura Ecológica Municipal Preservar e valorizar as áreas pertencentes ao SIC Serra da Lousã Sensibilizar a população para a conservação e valorização do património natural e edificado do concelho Estabelecer um correto ordenamento, utilização e gestão do território do município criando espaços urbanos e urbanizáveis devidamente estruturados e infraestruturados, que reflitam um
			<p>Regime florestal</p>	

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Critério	Indicadores	Medidas
				equilíbrio e o respeito pelo sistema biofísico - Definir orientações para um adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas protegidas ou classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes
	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades intraconcelhias 	Acessibilidades Transportes e	<p>Rede Viária</p> <p>Transportes</p>	<ul style="list-style-type: none"> Garantir boas condições de acessibilidade para todos em todos os edifícios que instalem serviços direcionados para o público Promover um correto ordenamento, gestão e manutenção da Rede Viária e dos transportes coletivos intra e interconcelhia
	Competitividade e Desenvolvimento Regional			
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional Estruturar e infraestruturar espaços vocacionados para a instalação de atividades económicas Fomentar o desenvolvimento sustentável, racionalizando e qualificando os espaços para a implantação e desenvolvimento de atividades económicas Criar condições para a atração e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional 	Dinâmica Empresarial	<p>Espaços empresariais/industriais infraestruturados</p> <p>Taxa de ocupação dos espaços industriais</p> <p>Atividades Económicas instaladas no Concelho</p>	<ul style="list-style-type: none"> Criar condições para a fixação de empresas no concelho, disponibilizando todas as infraestruturas e, em especial, as ambientais e as tecnológicas Promover o correto ordenamento e gestão das áreas destinadas a espaços empresariais e industriais, tendo em conta a legislação que se possa aplicar de acordo com as indústrias a implantar Promover políticas seletivas e diversificadas de atração e de fixação de novas atividades económicas
	<ul style="list-style-type: none"> Criar novos postos de emprego, diminuindo a taxa de desemprego Promover os recursos agrícolas e florestais, aproveitando as características rurais do território 	Empregabilidade	<p>População residente por grupos etários</p> <p>População residente, segundo a qualificação académica</p> <p>Evolução da População Ativa por Atividades Económicas</p> <p>Taxa de Atividade</p> <p>Taxa de Desemprego</p> <p>Estruturas de apoio à formação profissional</p>	<ul style="list-style-type: none"> Criar condições que promovam a fixação da população jovem no concelho, nomeadamente em termos de emprego Fomentar a organização de ações de formação profissional bem como a sua frequência, nas áreas de maior necessidade e em articulação com as necessidades sentidas pelo tecido empresarial local Promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada

FCDD	Objetivos de sustentabilidade	Critério	Indicadores	Medidas
<p>Biodiversidade e Conservação da Natureza</p>	<p>Áreas Classificadas</p>			
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a valorização e assegurar a conservação do património natural em áreas classificadas 	<p>Conservação do património natural em áreas do SNAC</p>	<p>Área do município integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a implementação de ações de monitorização do estado de conservação das espécies e dos habitats existentes Fomentar a implementação de ações de conservação das espécies e dos habitats prioritários sempre que, fundamentadamente pelo seu estado de conservação se justifique
	<ul style="list-style-type: none"> Conservar habitats prioritários 		<p>Habitats prioritários</p>	
	<ul style="list-style-type: none"> Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis 		<p>Ações de conservação de habitats</p> <p>Espécies com estatuto de proteção</p> <p>Espécies ameaçadas</p> <p>Ações de conservação de espécies</p>	
	<ul style="list-style-type: none"> Proteger e valorizar a paisagem, principalmente em áreas classificadas 	<p>Valorização do património natural em áreas do SNAC</p>	<p>Ações de manutenção/gestão de elementos de valorização da paisagem (galerias ripícolas, regadios tradicionais)</p> <p>Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados</p>	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar um programa de valorização do património natural e paisagístico enquadrado em rotas, percursos e redes de atividades e de acontecimentos Fomentar o planeamento e execução de programas de sensibilização ecológica e de ações de educação ambiental Fomentar o planeamento e execução de programas de turismo de natureza sustentáveis, suportados em trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados Promover a divulgação do património natural e paisagístico
	<ul style="list-style-type: none"> Evitar perda nos valores naturais da área classificada, 		<p>Plano de gestão para Área Classificada</p>	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a elaboração e implementação de um Plano de Gestão para o SIC – Serra da Lousã, integrando as orientações de gestão específicas para espécies e habitats deste SIC, referidas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000
	<p>Estrutura Ecológica Municipal</p>			
	<ul style="list-style-type: none"> Promover as funções e serviços dos sistemas que integram a Estrutura Ecológica Municipal (EEM) 	<p>Promoção do contínuo natural</p>	<p>Áreas/sistemas biofísicos integrados em espaços de EEM</p>	<ul style="list-style-type: none"> Promover ações de conservação dos sistemas biofísicos, e dos elementos, que integram a EEM Promover a reflorestação com espécies autóctones de reduzida combustibilidade nos espaços que compõem a EEM

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Critério	Indicadores	Medidas
<p>Gestão, Conservação e Valorização da Floresta</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta • Controlar a proliferação de espécies vegetais não indígenas invasoras com risco ecológico conhecido • Fomentar oportunidades de fruição sustentável em áreas de floresta natural-seminatural 		<p>Gestão sustentável da floresta</p>	<p>Zonas de Intervenção Florestal</p> <p>Espaços Florestais de conservação</p> <p>Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)</p> <p>Áreas de distribuição das espécies vegetais invasoras</p> <p>Ações de controlo de espécies vegetais invasoras</p> <p>Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais</p>	<p>- Garantir a compatibilização das intervenções previstas no PGF evitando os possíveis conflitos espaço-temporais que poderão advir da sobreposição espacial de diversas funções admitidas no perímetro florestal (ex. Função de conservação vs Função de silvopastorícia, caça e pesca, ou Função de conservação vs Função de Enquadramento paisagístico e recreio)</p> <p>- Promover ações de controlo das espécies de plantas exóticas e infantantes</p> <p>- Fomentar o planeamento e execução de programas de turismo de natureza sustentáveis, suportados em trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados</p>
	<p>Resíduos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover uma política adequada de gestão de resíduos 	<p>Destino final dos resíduos produzidos</p>	<p>Produção de Resíduos Sólidos Urbanos</p> <p>Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos</p> <p>Ações de educação/sensibilização na área dos resíduos</p> <p>Sistemas de recolha seletiva</p>	<p>- Monitorizar os resíduos valorizáveis e os que vão para aterro</p> <p>- Melhorar o sistema de recolha de resíduos indiferenciados</p> <p>- Valorizar os resíduos recicláveis (Papel/cartão, vidro e embalagens) produzidos pelos grandes produtores (Escolas, comércio, indústrias, serviços e infra-estruturas municipais)</p> <p>- Promover e incrementar melhores condições para o destino adequado dos resíduos passíveis de reciclagem, criando novas infra-estruturas como pontos para recolha de óleos usados (para eletrodomésticos de pequena dimensão)</p> <p>- Promover a compostagem doméstica, nomeadamente nas freguesias rurais</p> <p>- Erradicar possíveis depósitos ilegais de resíduos existentes</p> <p>- Promover ações de sensibilização relativas à implementação de boas práticas de gestão de resíduos sólidos urbanos no âmbito da recolha seletiva e promoção da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos</p>
	<p>Qualidade Ambiental</p>			

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Critério	Indicadores	Medidas
Água			Investimento municipal ao nível da gestão de resíduos	<ul style="list-style-type: none"> - Promover um investimento adequado ao nível da recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos, quando tal se considerar necessário
	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a proteção e conservação dos recursos hídricos 	Poluição da água/Contaminação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos	<p>Qualidade da água superficial e subterrânea</p> <p>Investimento municipal ao nível da preservação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Promover ações de sensibilização de preservação dos recursos hídricos, assim como ações de sensibilização relativas à implementação de boas práticas de gestão dos recursos hídricos - Promover um investimento adequado ao nível da preservação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, quando tal se considerar necessário
		Infra-estruturação ao nível do abastecimento de água	Consumo de água	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar o uso racional e eficiente da água - Promover ações de sensibilização relativas à poupança de água - Estabelecer um programa de monitorização do consumo de água
	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir serviços adequados de abastecimento de água para consumo humano 	Cumprimento dos padrões de qualidade da água para abastecimento público	<p>População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo</p> <p>Análises realizadas à água tratada cujos resultados estejam de acordo com a legislação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a qualidade e quantidade da água para consumo humano - Assegurar que a população afeta à área territorial abrangida pelo PDM é servida por sistemas de abastecimento de água - Efetuar obras diversas ao nível do sistema de abastecimento de água para consumo humano, sempre que necessário (substituição de condutas de água e construção de depósitos de água) - Implementação do Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano, de acordo com o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, nos sistemas de abastecimento que ainda não se encontram abrangidos - Monitorização contínua de todos os componentes que fazem parte do sistema de abastecimento
	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir serviços adequados de drenagem e de tratamento de águas residuais 	Infra-estruturação ao nível da drenagem e tratamento de águas residuais	<p>População servida por sistema de drenagem e tratamento de águas residuais</p> <p>Investimento municipal ao nível da gestão das águas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar que a população afeta à área territorial abrangida pelo PDM é servida por sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais - Assegurar que os sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais se encontram a funcionar de forma adequada

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Critério	Indicadores	Medidas
			residuais	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a renovação gradual das redes de saneamento - Corrigir as situações que potencialmente ponham em risco a saúde pública ou que sejam danosas para o meio ambiente, implementando as medidas/ações/intervenções que conduzam a uma percentagem de pelo menos 99% de resultados que estejam em conformidade com a legislação, relativamente ao número total de análises realizadas à qualidade da água
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover uma gestão eficiente das águas pluviais e residuais 	Gestão eficiente das águas residuais	<p>Águas pluviais afluentes aos sistemas de drenagem de águas residuais</p> <p>Perdas no sistema de abastecimento</p> <p>Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Promover ações que visem a utilização eficiente e racional da água - Nos edifícios públicos, substituição ou adaptação de torneiras convencionais (lavatórios, etc) por dispositivos mais eficientes e com menor caudal de água (torneira com redutor de caudal, com dispositivo arejador, com fecho automático, etc)¹ - Adequação de procedimentos na lavagem de pavimentos (utilização de mangueiras com dispositivos de controlo de caudal na extremidade de modo a permitir o rápido corte ou diminuição de caudal sem ter de se efetuar deslocação à torneira de alimentação do sistema)¹ - Utilização de limpeza a seco de pavimentos - substituição (parcial) de lavagem de pavimentos com água (mangueira), por métodos de limpeza a seco (vassoura / varredura automática)¹ - Realização de manutenção periódica dos sistemas de rega de forma a eliminar fugas¹ - Programação da altura da rega (antes das 8h00 e depois das 18h00), de forma a evitar perdas¹ - Selecionar espécies vegetais autóctones com resistência à seca e eliminar periodicamente espécies infestantes¹ - Efetivação da rega somente quando necessário (eventual instalação de sensores)¹ - Substituição de sistemas de rega menos eficientes por sistemas de rega de baixo consumo (no caso de zonas relvadas – sistema de aspersão, no caso de jardins – sistema gota-a-gota)¹ - Limitação ou proibição de utilização de água do sistema público de abastecimento, na lavagem de pavimentos, em jardins e similares, em piscinas, lagos, espelhos de água,
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover um consumo eficiente e racional do recurso água 	Uso eficiente da água		

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Critério	Indicadores	Medidas
				campos desportivos campos de golfe e outros espaços verdes de recreio, em períodos de escassez ¹ - Promover ações de sensibilização de poupança de água

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Critério	Indicadores	Medidas					
<p>Património Cultural e Desenvolvimento Turístico</p>		<p>Adesão à produção de energia através de fontes renováveis</p>	<p>Produção de energia, a nível local, através de recursos renováveis</p>	<p>cumprimento do Regulamento de Gestão do Consumo de Energia (RGCE)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fomentar investimentos na área das energias renováveis - Promover a introdução de veículos movidos a energias alternativas - Promover ações de sensibilização junto da população relativas à alteração de comportamentos e ao combate ao desperdício dos usos de energia em todas as suas vertentes, fomentando uma alteração de hábitos, essencial para garantir o bem-estar das populações, a competitividade da economia e a qualidade do ambiente 					
	<p>Desenvolvimento Turístico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estruturar e Infraestruturar Espaços Vocacionados para Atividades Turísticas • Incentivar a prática do turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural e paisagístico • Melhorar a qualidade de vida dos habitantes do concelho através da Qualificação do Espaço Público e da rede de equipamentos de utilização coletiva 	<p>Qualificar a rede de Infraestruturas e equipamentos de cariz turístico</p>	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="598 799 694 1173">Áreas com Aptidão Turística</td> <td data-bbox="694 799 1066 1173" rowspan="4"> <ul style="list-style-type: none"> - Definir Percursos Pedestres e/ou Pistas Cicláveis que potenciem a promoção e a conservação dos sistemas naturais - Criar o roteiro de sítios com interesse ambiental e paisagístico do município de Castanheira de Pera - Promover iniciativas de sensibilização da população para a preservação dos espaços verdes de recreio e de lazer - Definir uma estratégia de desenvolvimento turístico, de recreio e lazer para o concelho - Promover o turismo de natureza e o turismo rural como atividade diferenciadora e promotora do desenvolvimento sustentável - Promover uma correta gestão e utilização dos equipamentos de utilização coletiva integrando-os numa rede de espaços e percursos públicos que permitam a sua articulação </td> </tr> <tr> <td data-bbox="694 799 758 1173">Percursos Pedestres</td> </tr> <tr> <td data-bbox="758 799 805 1173">Unidades de Alojamento</td> </tr> <tr> <td data-bbox="805 799 917 1173">Praias Fluviais e Parques de Lazer</td> </tr> <tr> <td data-bbox="917 799 1066 1173">Equipamentos Coletiva</td> <td data-bbox="917 799 1066 1173">Utilização</td> </tr> </table>	Áreas com Aptidão Turística	<ul style="list-style-type: none"> - Definir Percursos Pedestres e/ou Pistas Cicláveis que potenciem a promoção e a conservação dos sistemas naturais - Criar o roteiro de sítios com interesse ambiental e paisagístico do município de Castanheira de Pera - Promover iniciativas de sensibilização da população para a preservação dos espaços verdes de recreio e de lazer - Definir uma estratégia de desenvolvimento turístico, de recreio e lazer para o concelho - Promover o turismo de natureza e o turismo rural como atividade diferenciadora e promotora do desenvolvimento sustentável - Promover uma correta gestão e utilização dos equipamentos de utilização coletiva integrando-os numa rede de espaços e percursos públicos que permitam a sua articulação 	Percursos Pedestres	Unidades de Alojamento	Praias Fluviais e Parques de Lazer	Equipamentos Coletiva
Áreas com Aptidão Turística	<ul style="list-style-type: none"> - Definir Percursos Pedestres e/ou Pistas Cicláveis que potenciem a promoção e a conservação dos sistemas naturais - Criar o roteiro de sítios com interesse ambiental e paisagístico do município de Castanheira de Pera - Promover iniciativas de sensibilização da população para a preservação dos espaços verdes de recreio e de lazer - Definir uma estratégia de desenvolvimento turístico, de recreio e lazer para o concelho - Promover o turismo de natureza e o turismo rural como atividade diferenciadora e promotora do desenvolvimento sustentável - Promover uma correta gestão e utilização dos equipamentos de utilização coletiva integrando-os numa rede de espaços e percursos públicos que permitam a sua articulação 								
Percursos Pedestres									
Unidades de Alojamento									
Praias Fluviais e Parques de Lazer									
Equipamentos Coletiva	Utilização								
<p>Património Natural e Cultural</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a valorização do património histórico e cultural • Conservar e valorizar o património cultural e edificado do concelho • Conservar e valorizar o património natural do concelho 		<p>Preservação/Valorização do Património Cultural e Natural</p>	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="1066 799 1220 1173">Imóveis Classificados</td> <td data-bbox="1220 799 1329 1173" rowspan="2"> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer boas práticas para a conservação do património cultural - Definir uma estratégia de desenvolvimento do turismo sustentável para o município que envolva estratégias de animação ao nível cultural e de promoção do património arquitetónico e arqueológico - Promover a correta gestão e definição de espaços naturais </td> </tr> <tr> <td data-bbox="1220 799 1329 1173">Sítios Arqueológicos</td> </tr> </table>	Imóveis Classificados	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer boas práticas para a conservação do património cultural - Definir uma estratégia de desenvolvimento do turismo sustentável para o município que envolva estratégias de animação ao nível cultural e de promoção do património arquitetónico e arqueológico - Promover a correta gestão e definição de espaços naturais 	Sítios Arqueológicos			
	Imóveis Classificados	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer boas práticas para a conservação do património cultural - Definir uma estratégia de desenvolvimento do turismo sustentável para o município que envolva estratégias de animação ao nível cultural e de promoção do património arquitetónico e arqueológico - Promover a correta gestão e definição de espaços naturais 							
Sítios Arqueológicos									

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Critério	Indicadores	Medidas
			<p>Atividades de Turismo de Natureza/Turismo Rural¹</p> <p>Lista de intervenções de valorização paisagística/ambiental</p> <p>Eventos culturais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criar uma rede de sítios e de acontecimentos com interesse para o turismo, o recreio e o lazer - Desenvolvimento de campanhas de comunicação que divulguem as ofertas turísticas do concelho, através do recurso a multimédia e redes sociais interativas - Promover as tradições e os costumes populares do município - Definir uma estratégia de desenvolvimento do turismo sustentável para o município que envolva estratégias de animação ao nível cultural e ambiental, e de promoção do património natural, arquitetónico e arqueológico
Riscos Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir a ocorrência de incêndios florestais 	Recursos florestais	Área ardida	<ul style="list-style-type: none"> - As estabelecidas no PMDFCI de Castanheira de Pera - Assegurar o cumprimento do estabelecido no Regulamento do PDM de Castanheira de Pera no que reporta às condições de edificabilidade em espaço florestal - Garantir a dinamização das atividades dos serviços de proteção civil nos domínios da sensibilização e informação
		Edifícios e estado de conservação	Número de ocorrências de incêndio	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a existência de corporações de bombeiros que respondam às necessidades
	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir a ocorrência de incêndios 	Meios de prevenção e socorro	Agentes de proteção civil e outras entidades envolvidas no combate a incêndios	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a identificação e levantamento das necessidades de cumprimento no RJ-SCIE para os edifícios das categorias de risco 3 e 4 - Garantir o cumprimento do Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios (RJ-SCIE) e legislação complementar
		Estratégias de minimização de ocorrência de incêndios	Levantamento dos edifícios de categoria de risco 3 e 4 do RJ-SCIE	<ul style="list-style-type: none"> - As estabelecidas no PMDFCI de Castanheira de Pera - Garantir a dinamização das atividades do gabinete técnico florestal

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Critério	Indicadores	Medidas
Cheias	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar os níveis de proteção do solo dentro do perímetro urbano 	<p>Grau de impermeabilização</p>	<p>Área impermeabilizada</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir o cumprimento de boas práticas de proteção do solo e dos ecossistemas no que se refere a solos com características passíveis de inundação, em fase de construção e de seguimento de projetos - Promoção da salvaguarda de ocupações ou atividades em zonas de cabeceiras de linhas de água que prejudiquem a infiltração das águas e acelerem o escoamento superficial
	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir a possibilidade de ocorrência de cheias/inundação dentro do perímetro urbano 	<p>Situações de cheias ou inundação</p>	<p>Ocorrência de cheias/inundação</p> <p>Áreas inundadas</p> <p>Uso do solo em zonas inundáveis</p> <p>Edifícios sensíveis em áreas de risco de cheia/inundação</p> <p>Zonas densamente povoadas em áreas com risco de cheia/inundação</p> <p>Medidas de defesa contra risco de cheia implementadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia das condições de adequado funcionamento hidráulico e hidrológico dos cursos de água em situação de leito normal ou de cheia - Sempre que se esgotarem as possibilidades de adoção de medidas não estruturais deverá ser estudada a viabilidade técnica e económica da minimização dos efeitos das cheias e inundações através da adoção de medidas estruturais, nomeadamente bacias de retenção, laminagem de cheia e diques de proteção - Salvaguardar que as zonas ameaçadas pelas cheias delimitadas no âmbito da REN, se articulam com as demarcadas no âmbito do Plano Municipal de Emergência - Garantir a dinamização das atividades dos serviços de proteção civil nos domínios da sensibilização e informação - Garantir o cumprimento de boas práticas de conservação e preservação do solo em fase de construção e seguimento de projetos
Erosão	<ul style="list-style-type: none"> • Manter práticas adequadas de utilização e conservação do solo 	<p>Características do solo</p>	<p>Uso do solo em áreas com risco de erosão</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir o cumprimento de boas práticas de conservação e preservação do solo em fase de construção e seguimento de projetos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar os níveis de proteção do solo • Diminuir a probabilidade de ocorrência de erosão 	<p>Eventos de erosão</p>	<p>Ocorrência de erosão</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Controlar os processos de erosão fluvial através da manutenção e/ou promoção da vegetação ripícola, entre outros processos. - Assegurar a conservação do solo, a manutenção do equilíbrio dos processos morfogenéticos e pedogenéticos, a regulação do

FCD	Objetivos de sustentabilidade	Critério	Indicadores	Medidas
			Medidas de contenção face à ocorrência de erosão	ciclo hidrológico através da promoção da infiltração em detrimento do escoamento superficial e a redução da perda do solo com colmatação dos solos a jusante e assoreamento das massas de água. - Garantir o estabelecido no PMDFCI de Castanheira de Pera no que se refere à reflorestação.
	Sismicidade			
	• Prevenir as consequências provocadas por um sismo	Ocorrência de sismo	Elaboração de cartografia de risco sísmico do concelho Ações de sensibilização/divulgação sobre procedimentos de atuação face à ocorrência de sismos	- Elaborar a cartografia de risco sísmico para o concelho - Estabelecer e monitorizar a implementação de um plano de sensibilização sobre regras de atuação face à possibilidade de ocorrência de sismos - Garantir a dinamização das atividades dos serviços de proteção civil nos domínios da sensibilização e informação
	Acidentes Industriais			
	• Prevenir a ocorrência de derrames e explosão, bem como os seus efeitos	Situações de derrame Solo contaminado Situações de explosão	Número de ocorrências de derrame Área de terreno afetada em resultado de ocorrência de derrame Número de ocorrências de explosão	- Garantir o cumprimento do estabelecido no PME e no Regulamento de Planos de Pormenor - Garantir o cumprimento de boas práticas de conservação e preservação do solo em fase de construção e seguimento de projetos

1 – Medidas propostas no âmbito do PNUJA

Quadro 4 – Plano de Controle: Indicadores de sustentabilidade e posicionamento do Município de Castanheira de Pera relativamente às metas pretendidas para a área do Plano

FCD	Indicador	Unidade	Valor Base para o município	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Periodicidade	Metas pretendidas para o Município		
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	Ordenamento do Território							
	Solo Rural	Espaço Agrícola de Produção	ha	392,31	2015/CMCP	Anual	392,31	
		Espaço Florestal de Produção	ha	2092,06	2015/CMCP	Anual	2092,06	
		Espaço Florestal de Conservação	ha	3695,63	2015/CMCP	Anual	3695,63	
		Aglomerados Rurais	ha	148,69	2015/CMCP	Anual	148,69	
		Áreas de edificação dispersa	ha	37,29	2015/CMCP	Anual	37,29	
		Espaços Centrais	ha	4,94	2015/CMCP	Anual	4,94	
		Espaços Residenciais	ha	32,84	2015/CMCP	Anual	32,84	
		Espaços de Atividades Económicas	ha	8,49	2015/CMCP	Anual	8,49	
		Espaços Verdes	ha	36,91	2015/CMCP	Anual	36,91	
		Espaços Urbanos de Baixa Densidade	ha	182,33	2015/CMCP	Anual	182,33	
	Solo Urbano	Espaços de Uso Especial	Equipamentos de Utilização Coletiva	ha	9,61	2015/CMCP	Anual	9,61
			Área Turística	ha	2,42	2015/CMCP	Anual	2,42
		Espaços residenciais	ha	10,56	2015/CMCP	Anual	10,56	
		Espaços de Uso Especial (Equipamentos)	ha	11,71	2015/CMCP	Anual	11,71	
	Solo Urbanizável	Espaços Urbanos de Baixa Densidade	ha	2,29	2015/CMCP	Anual	2,29	
			ha	10,32	2015/CMCP	Anual	10,32	
	UOPG	Plano de Pormenor da Zona Industrial de Dórdio	ha	7,3	2015/CMCP	Anual	7,3	
		Plano de Urbanização da Vila de Castanheira de Pera	ha	257,23	2015/CMCP	Anual	257,23	
	Planos Municipais de Ordenamento do Território		N.º e tipo	1; PU	2015/DG Território	Anual	2	
	REN Proposta		ha	2887,67	2015/Relatório excludões	Anual	2887,67	
	RAN Proposta		ha	261,97	2015/CMCP	Anual	261,97	

FCD	Indicador	Unidade	Valor Base para o município	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Periodicidade	Metas pretendidas para o Município	
	Estrutura Ecológica Municipal	ha	-	-	Anual	*	
	Rede Natura 2000	ha	3026	2015/CMCP	Anual	3026	
	Regime florestal	ha	1476,9	2015/CMCP	Anual	1476,9	
	Rede Viária	km	-	-	Anual	*	
	Transportes	tipologia	-	-	Anual	*	
	Competitividade e desenvolvimento regional						
	Taxa de ocupação dos espaços industriais	%	-	-	Anual	*	
	Atividades Económicas instaladas no Concelho	N.º	243	2012/INE	Anual	Aumentar	
	0-14anos	N.º	338	2011/INE	Anual	Aumentar	
	População residente por grupos etários	N.º	293	2011/INE	Anual	Aumentar	
	15 – 24 anos	N.º	1560	2011/INE	Anual	Aumentar	
	25 – 64 anos	N.º	1000	2011/INE	Anual	Aumentar	
	Mais de 65 anos	N.º	731	2011/INE	Anual	Aumentar	
	Sem nível de escolaridade completo	N.º	1190	2011/INE	Anual	Diminuir	
	1º ciclo	N.º	356	2011/INE	Anual	Aumentar	
	2º ciclo	N.º	454	2011/INE	Anual	Aumentar	
	3º ciclo	N.º	294	2011/INE	Anual	Aumentar	
	Ensino Básico	N.º	20	2011/INE	Anual	Aumentar	
	Ensino Secundário	N.º	20	2011/INE	Anual	Aumentar	
	Ensino Pós-secundário	N.º	20	2011/INE	Anual	Aumentar	
	Bacharelato	N.º	20	2011/INE	Anual	Aumentar	
	Licenciatura	N.º	119	2011/INE	Anual	Aumentar	
	Mestrado	N.º	7	2011/INE	Anual	Aumentar	
	Doutoramento	N.º	0	2011/INE	Anual	Aumentar	
	Sector Primário	%	3,9	2011/INE	Anual	*	
	Sector Secundário	%	36,6	2011/INE	Anual	*	
	Sector Terciário	%	31,3	2011/INE	Anual	*	
	Social	%	28,2	2011/INE	Anual	*	
	Económico	%	36,6	2011/INE	Anual	Aumentar	
	Taxa de Atividade	%	14,4	2011/INE	Anual	Diminuir	
	Taxa de Desemprego	%	14,4	2011/INE	Anual	Diminuir	
	Estruturas de apoio à formação profissional	N.º	1	2015/IEFP	Anual	Aumentar	

FCD	Indicador	Unidade	Valor Base para o município	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Periodicidade	Metas pretendidas para o Município
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Áreas Classificadas		Sítio PTCON0060 – Serra da Lousã 3026,28ha em CP 45% do território de CP	RCM n.º 115-A/2008 e ICNF	Anual	Manter
	Habitats prioritários	N.º e tipo	3 habitats prioritários: 4020* (Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>); 5230* (Matagais arborescentes de <i>Laurus nobilis</i>) 91E0* (Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i> , <i>Alnion incanae</i> , <i>Salicion albae</i>))	RCM n.º 115-A/2008, ICNF e Município	Anual	Manter
	Ações de conservação de habitats	N.º e tipo	Indiretas: AIA e AInca, Acompanhamento da revisão do PDM	RCM n.º 115-A/2008, ICNF e Município	Anual	Plano de gestão para toda a área classificada
	Espécies com estatuto de proteção	N.º, espécie / tipo	5 Espécies com estatuto de	RCM n.º 115-A/2008, ICNF e	Anual	Manter

FCD	Indicador	Unidade	Valor Base para o município	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Periodicidade	Metas pretendidas para o Município
			proteção: <i>Chondrostoma polylepis</i> <i>Rutilus alburnoides</i> <i>Chiloglossa lusitanica</i> <i>Lacerta schreiberi</i> <i>Lutra lutra,</i>	Município		
	Espécies ameaçadas	N.º e espécie / tipo	2 Espécies ameaçadas (<i>Rutilus alburnoides</i> <i>Chiloglossa lusitanica</i>)	RCM n.º 115-A/2008, ICNF, LVVPe Município	Anual	Manter
	Ações de conservação de espécies	N.º e espécie / tipo	0	RCM n.º 115-A/2008, ICNF e Município	Anual	*
	Ações de manutenção/gestão de elementos de valorização da paisagem (galerias ripícolas, regadios tradicionais)	N.º e tipo	0	Relatório da Revisão do PDM (2015) e Município	Anual	*
	Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados	N.º e tipo	0	Relatório da Revisão do PDM (2015) e Município	Anual	*
	Plano de gestão para Área Classificada	N.º	0	ICNF	Anual	*
	Estrutura Ecológica Municipal					
	Áreas/sistemas biofísicos integrados em espaços de EEM	Tipo e ha	-	Município	Anual	*
	Gestão, Conservação e Valorização da Floresta					
	Zonas de Intervenção Florestal	N.º e ha	0	PGF e Município	Anual	*
	Área de floresta de conservação	N.º e ha	-	PGF e Município	Anual	*

FCD	Indicador	Unidade	Valor Base para o município	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Periodicidade	Metas pretendidas para o Município
Qualidade Ambiental	Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)	N.º e ha	1 e 1476,90	PGF e Município	Anual	1
	Áreas de distribuição das espécies vegetais invasoras	Espécie, N.º e ha	-	PGF e Município	Anual	*
	Ações de controlo de espécies vegetais invasoras	Espécie, N.º e ha	-	PGF e Município	Anual	*
	Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais	N.º	0	Município	Anual	*
	Resíduos					
	Produção de resíduos sólidos urbanos	Ton/ano	7930	2013/INE	Anual	Reduzir 5%
	Valorização de resíduos sólidos urbanos	%	10	2013/INE	Anual	Aumentar 5%
	Ações de educação/sensibilização na área dos resíduos	N.º	7	2015/CMCP	Anual	Manter
	Sistemas de recolha seletiva (ecopontos)	N.º	33	2015/CMCP	Anual	Manter
	Investimento municipal ao nível da gestão de resíduos	€	1.000	2015/INE	Anual	*
	Água					
	Qualidade da água superficial	Classe	Ribeira de Pera: Bom “Estado Ecológico” e Bom “Estado Químico”	2012/PGRHT	Anual	*
	Qualidade da água subterrânea	Classe	Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo: Bom “Estado Químico” Furo 264/C66: >A3 (Fluoretos)	2012/PGRHT 2010/SNIRH-APA	Anual	*
Investimento municipal ao nível da preservação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos	€	-	-	Anual	*	
Consumo de água	m³/hab	53	2009/INE	Anual	Reduzir em 5%	
População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo	%	100	2009/INE	Anual	100	

FCD	Indicador	Unidade	Valor Base para o município	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Periodicidade	Metas pretendidas para o Município
	Análises realizadas à água tratada cujos resultados estejam de acordo com a legislação	%	97	2013/TNE	Anual	≥ 99
	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais	%	99	2009/TNE	Anual	95
	População servida por sistemas de tratamento de águas residuais	%	99	2009/TNE	Anual	95
	Investimento municipal ao nível da gestão das águas residuais	Milhares de €	-	-	Anual	*
	Águas pluviais afluentes aos sistemas de drenagem de águas residuais	%	0	2015/CMCP	Anual	0
	Percentagem de água usada na rega	Residual tratada	-	-	Anual	≥ 0 % (de água de consumo humano)
		Bruta	-	-	Anual	
		Consumo humano	-	-	Anual	
	Perdas reais no sistema de abastecimento público de água	m ³ /(km.dia) l/(ramal.dia)	1,6 157	2015/CMCP 2015/CMCP	Anual Anual	Manter Diminuir em 5%
	Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água	N.º	1	2015/CMCP	Anual	Manter
	Ruído					
	População exposta a níveis sonoros superiores aos limites legais	Lden	90	2009/Mapa de Ruído de Castanheira de Pera	Anual	*
			9		Anual	*
			1		Anual	*
			90		Anual	*
			9		Anual	*
	Reclamações por incomodidade sonora		1	Anual	Anual	*
		Planos de redução de ruído	-	-	Anual	*
		Investimento ao nível da proteção do ruído	-	-	Anual	*
	Ar					
	Qualidade do ar	Classe	Bom		Anual	Manter
	Dias com Ozono – Limiar de Alerta à população parâmetros de qualidade do ar acima dos limites	Ozono – Limiar de Alerta à população	0	2015/Qualar-APA	Anual	0
		Ozono – Limiar de Informação à população	0		Anual	0
		Dióxido de Azoto – Alerta	0		Anual	0
		Dióxido de Enxofre - Alerta	0		Anual	0
	Partículas <10µm	N.º	1	Anual	Anual	0

FCD	Indicador	Unidade	Valor Base para o município	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Periodicidade	Metas pretendidas para o Município
	Número de empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão	N.º	0	2015/APA	Anual	Manter
	Investimento ao nível da proteção da qualidade do ar	€	-	-	Anual	*
	Projetos com adoção de soluções que tenham em vista a mobilidade sustentável	N.º	-	-	Anual	1
	Energia					
	Consumo de energia elétrica	Kwh/ano	10.398.353	2012/DGEG	Anual	Reduzir em 5%
	Projetos com adoção de soluções de eco-eficiência energética	N.º	2	2015/CMCP	Anual	Manter
	Produção de energia, a nível local, através de recursos renováveis	tep/ano	-	-	Anual	*
	Desenvolvimento Turístico					
	Áreas com aptidão Turística	N.º	4	1994/CMCP	Anual	*
	Percursos Pedestres	N.º	2	2015/CMCP	Anual	5
Património Cultural e Desenvolvimento Turístico	Unidades de Alojamento	N.º	5	2015/CMCP	Anual	Aumentar
	Praias Fluviais (infraestruturadas)	N.º	2	2015/CMCP	Anual	*
	Parques de Lazer	N.º	-	2015/CMCP	Anual	*
	Sociais	N.º	5	2015/CMCP	Anual	Manter
	Equipamentos de Utilização Coletiva	N.º	21	2015/CMCP	Anual	Manter
	Saúde	N.º	1	2015/CMCP	Anual	Manter
	Escolares	N.º	6	2015/CMCP	Anual	Manter
	Prevenção e Segurança	N.º	2	2015/CMCP	Anual	Manter
	Património Natural e Cultural					
	Imóveis Classificados	N.º	1	2015/DCPC	Anual	Aumentar
Sítios Arqueológicos	N.º	4	2015/DCPC	Anual	Aumentar	
Atividades de Turismo de Natureza/Turismo Rural	N.º	-	2015/CMCP	Anual	*	
Lista de intervenções de valorização paisagística/ambiental	N.º	-	2015/CMCP	Anual	Identificar	

FCD	Indicador	Unidade	Valor Base para o município	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Periodicidade	Metas pretendidas para o Município
Riscos Ambientais	Eventos culturais	N.º	12	2015/CMCP	Anual	Manter
	Caris Religioso	N.º	6	2015/CMCP	Anual	Manter
	Cariz Histórico-cultural					
	Risco Incêndio					
	Número de ocorrências de incêndio	Nº/ano	10	2013/ICNF	Anual	0
	Área florestal ardida	ha/ano	58,58	2013/ICNF	Anual	0
	Levantamento dos edifícios de categoria de risco 3 e 4 do RJ-SCIE	Nº/ano	-	2015/CMCP	Anual	*
	Número de ações/programas previstos nos Eixos Estratégicos do PMDFCI de Castanheira de Pera cumpridos	Nº	-	2015/CMCP	Anual	As definidas no plano operacional anual
	Agentes de proteção civil e outras entidades envolvidas no combate a incêndios	Nº	2	2015/CMCP	Anual	2
	Risco Cheia					
	Área impermeabilizada	ha	-	2015/CMCP	Anual	*
	Áreas inundadas	ha/ano	-	2015/CMCP	Anual	0
	Ocorrência de cheias/inundação	Nº/ano	-	2015/CMCP	Anual	0
	Edifícios sensíveis em áreas com risco de cheias/inundação	Nº	-	2015/CMCP	Anual	0
	Zonas densamente povoadas em áreas com risco de cheias/inundação	Nº	-	2015/CMCP	Anual	0
Medidas de defesa contra risco de cheia implementadas	Nº	-	2015/CMCP	Anual	*	
Erosão						
Número de eventos de ocorrência de erosão	Nº	-	2015/CMCP	Anual	0	
Medidas de contenção face à ocorrência de erosão	Nº	-	2015/CMCP	Anual	*	
Sismicidade						
Ações de sensibilização/divulgação sobre procedimentos de atuação face à ocorrência de sismos	Nº/ano	-	2015/CMCP	Anual	As definidas pela Proteção Civil Municipal	

FCD	Indicador	Unidade	Valor Base para o município	Ano a que se refere o Valor Base / Fonte	Periodicidade	Metas pretendidas para o Município
	Acidentes Industriais					
	Área do concelho ocupada por espaço industrial	ha	16,88	2015/CMCP	Anual	*
	Número de ocorrências de derrame	Nº/ano	-	2015/CMCP	Anual	0
	Área de terreno afetada em resultado de ocorrência de derrame	ha/ano	-	2015/CMCP	Anual	0
	Número de ocorrências de explosão	Nº/ano	-	2015/CMCP	Anual	0

- Não existe informação

* Indicadores importantes para efeitos de monitorização, na Fase de Acompanhamento/Seguimento do Plano (não tendo sido atribuída nenhuma meta), recomendando-se, quando necessário, a elaboração de estudos de suporte à sua caracterização.

Para que a proposta de revisão do PDM de Castanheira de Pera apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, deverão ser cumpridas as medidas propostas no Plano de Controlo, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que preconizou, alcançando deste modo as metas definidas em documentos estratégicos.

Avaliada a eficácia do plano de controlo, a sua revisão permitirá aferir, reforçar ou corrigir, aspetos contemplados nas medidas de controlo que terão influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e com a qualidade ambiental do concelho.